

Diferenças no antipartidarismo entre jovens estudantes, jovens solteiros e jovens adultos

Differences in anti-partyism among student youth, single youth, and young adults

Diferencias en el antipartidismo entre jóvenes estudiantes, jóvenes solteros y jóvenes adultos

Araújo, Rogério de Oliveira ⁽ⁱ⁾

Perez, Olívia Cristina ⁽ⁱⁱ⁾

⁽ⁱ⁾ Universidade Federal do Piauí – UFPI, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Teresina, PI, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0617-3856>, rogeroliveria@ufpi.edu.br

⁽ⁱⁱ⁾ Universidade Federal do Piauí – UFPI, Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Políticas Públicas, Teresina, PI, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9441-7517>, oliviaperez@ufpi.edu.br

Resumo

Esta pesquisa investiga o antipartidarismo entre os jovens, ou seja, a rejeição deles aos partidos políticos. Para tanto, sistematizam-se as respostas de jovens de 16 a 29 anos referentes à avaliação dos partidos políticos e das instituições democráticas, conforme dados do banco ESEB (2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022). Mostra-se no trabalho que a rejeição aos partidos é diferente entre os jovens estudantes, quando comparado aos jovens solteiros (que já trabalham) e o que chamamos de jovens adultos (trabalham e tem núcleo familiar próprio), classificados conforme a dinâmica da produção de suas vidas (inserção no trabalho) e reprodução (formação de núcleo familiar). Esse fato se explicaria pela aproximação dos jovens adultos com o mundo adultocêntrico com seus padrões (política institucionalizada) e facilidades (como a militância dentro de partidos). Os resultados também evidenciaram que o adultocentrismo e o antipartidarismo reativo são elementos centrais para compreender a rejeição dos jovens aos partidos.

Palavras-Chave: Juventudes; Antipartidarismo, Condição juvenil, Cultura Política

Abstract

This research investigates anti-partyism among young people, i.e., their rejection of political parties. For this purpose, responses from youth aged 16 to 29 concerning the evaluation of political parties and democratic institutions were systematized using data from the ESEB database (2002, 2006, 2010, 2014, 2018, and 2022). The study shows that rejection of parties varies among student youth, single youth (who are already working), and young adults (who work and have their own family nucleus), classified according to the dynamics of production (labor market integration) and reproduction (family formation) in their lives. This phenomenon can be explained by young adults' closer alignment with the adult-centric world, with its norms (institutionalized politics) and opportunities (such as activism within parties). The results also demonstrated that adult-centrism and reactive anti-party sentiment are central elements for understanding young people's rejection of political parties.

Keywords: Youth: Anti-partyism, Youth condition, Political culture

Resumen

Esta investigación examina el antipartidismo entre los jóvenes, es decir, su rechazo hacia los partidos políticos. Para ello, sistematizamos las respuestas de jóvenes de 16 a 29 años con respecto a la evaluación de los partidos políticos y las instituciones democráticas, utilizando datos del banco ESEB (2002, 2006, 2010, 2014, 2018 y 2022). En nuestro trabajo, mostramos que el rechazo a los partidos es diferente entre los jóvenes estudiantes en comparación con los jóvenes solteros (que ya trabajan) y lo que llamamos 'jóvenes adultos' (que trabajan y tienen su propio núcleo familiar), clasificados según la dinámica de producción de sus vidas (inserción en el trabajo) y reproducción (formación de un núcleo familiar). Este hecho se explicaría por la mayor afinidad de los jóvenes adultos con el mundo adultocéntrico, con sus normas (política institucionalizada) y oportunidades (como la militancia dentro de los partidos). Nuestros resultados también destacan que el adultocentrismo y el antipartidismo reactivo son elementos centrales para comprender el rechazo de los jóvenes hacia los partidos políticos.

Palabras clave: Juventud, Antipartidismo, Condición juvenil, Cultura política

Introdução

Dados de 2022 demonstram que a participação política dos jovens de até 24 anos nos partidos políticos corresponde a apenas 01% dos filiados (TSE, 2023). Esses números revelam a baixa adesão deles aos partidos políticos no Brasil, evidenciando a dificuldade que os partidos têm em captar o eleitorado jovem que tende a estar mais presente em movimentos e espaços de participação política não institucionalizados, a exemplo dos coletivos, dos protestos e das manifestações (Grosso et al., 2023; Perez, 2021). Para entender um aspecto desse distanciamento dos partidos, a presente pesquisa analisa como os marcadores sociais do trabalho, estudo e formação de núcleo familiar influenciam na rejeição dos jovens aos partidos políticos.

A juventude possui diversas abordagens e conceituações teóricas (Pais, 1990). Uma definição comum leva em conta a idade dos indivíduos. Conforme o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) seriam jovens aqueles entre 15 e 29 anos de idade. Mas essa é uma definição limitada, pois não abarca os traços sociais que caracterizam o grupo. Neste trabalho, partimos de uma definição social e relacional como a de Pablo Vommaro (2015), que considera a juventude como uma relação dinâmica, histórica, social e culturalmente construída, de modo que em cada contexto e sociedade é preciso analisar a condição juvenil, tendo em conta esses processos.

A juventude costuma estar imersa nos processos de mudança social e política, como argumenta Melucci (1994). Levando em consideração tal engajamento, analisar o comportamento político desses atores possibilita reconhecer de antemão os caminhos que a cultura política tende a assumir na sociedade. De acordo com Almond e Verba (2015), a cultura política arregimenta as preferências do eleitorado, sua adesão às regras da política institucional e o próprio exercício e a valorização da cidadania. Nesse sentido, o estudo da interface entre juventudes, antipartidarismo e cultura política é importante, na medida em que a análise da rejeição dos jovens aos canais institucionais de participação política possibilita avaliar o nível de legitimidade dos partidos políticos e, conseqüentemente, a solidez da própria democracia.

Para compreender a relação entre juventudes, cultura política e democracia importa adentrar nas especificidades das juventudes, entendendo que estas não são um ator homogêneo, mas expressam suas sociabilidades demarcadas por diferenças sociais, econômicas e culturais (Vommaro, 2015).

Neste trabalho, distinguimos as juventudes, conforme os marcadores sociais utilizados na teoria do ciclo de vida, em especial a inserção no mercado de trabalho e a formação de núcleo familiar, segundo os ensinamentos de Okado e Ribeiro (2015), que estudaram esses marcadores relacionando-os com a participação política dos jovens.

Considerando a importância do marcador ciclo de vida, o objetivo da presente pesquisa foi avaliar como os jovens estudantes se distinguem dos jovens solteiros (que trabalham) e dos jovens adultos (trabalham e têm núcleo familiar próprio), no que tange à rejeição aos partidos políticos.

Por antipartidarismo, adotamos a definição clássica de Poguntke (1996), que o entende como as orientações desfavoráveis das elites intelectuais ou políticas e do público em geral para com os partidos. Em outra definição próxima, Fuks, Borba e Ribeiro (2018) classificam o antipartidarismo como um sentimento extremo de rejeição aos partidos.

Mas há diversos tipos de sentimentos de rejeição aos partidos, dentre esses destacamos a divisão entre antipartidarismo cultural e reativo. O antipartidarismo cultural seria resultado do processo histórico de formação dos sistemas partidários brasileiros com sua consequente desvinculação do eleitorado, gerando um sentimento cristalizado de desconfiança quanto aos partidos políticos (Baquero & Vasconcelos, 2013). Diferente desse, o antipartidarismo reativo se daria já que a atuação dos partidos frustra as expectativas do eleitorado, seja por escândalos de corrupção seja pelo não cumprimento das promessas políticas afirmadas (Baquero & Linhares, 2011).

Embora tanto o antipartidarismo quanto as juventudes sejam campos já explorados, há poucos trabalhos que abordam o antipartidarismo entre as juventudes. Em geral, os trabalhos tangenciam essa relação, mostrando, por exemplo, que parte das juventudes contemporâneas rejeita a forma como a política é exercida na arena institucional pelo excesso de hierarquias, burocracia e uma certa ineficiência (Araújo & Perez, 2021; Perez & Souza, 2020), além da crítica à própria estrutura dos partidos que tendem a valorizar a figura do adulto (Okado & Ribeiro, 2015). Outros trabalhos abordam ainda mais indiretamente o antipartidarismo e as juventudes, a exemplo daqueles que versam sobre a socialização política e a internet (Moraes & Baquero, 2018; Ramírez, 2016).

No sentido de contribuir com o campo das juventudes, a pergunta que norteou esta pesquisa foi: em que medida as diferentes condições juvenis, demarcadas pelas dinâmicas da produção e reprodução, expressam rejeição aos partidos políticos?

Para responder à pergunta, adotamos como referencial trabalhos que acentuam a importância dos marcadores sociais da teoria do ciclo de vida para compreender as juventudes, ou seja, trabalhos que buscam entender como a inserção no mercado de trabalho, a formação de um núcleo familiar, a saída da casa dos pais, dentre outros, delimitam as fases de vida do indivíduo (Araújo & Perez, 2023; Okado & Ribeiro, 2015; Shanahan, 2000; Sposito, 2003). A partir dessas referências temos como hipótese que os marcadores sociais da teoria do ciclo de vida, especificamente, a inserção dos jovens nas dinâmicas da produção e reprodução, incidem em menor expressão do antipartidarismo pelos jovens, diferenciando-os especialmente da categoria do jovem estudante. Esse fato se explicaria pela aproximação com o mundo adulto com seus padrões adultocêntricos, a exemplo da política institucionalizada e sua estrutura altamente hierarquizada.

O adultocentrismo pode ser compreendido como as estruturas e as práticas sociais que colocam as juventudes e demais categorias etárias em situação de subordinação e incompletude, uma vez que só estariam plenamente desenvolvidos ao adentrar no perfil do adulto (Vásquez, 2013). Assim, o adultocentrismo atribui às juventudes uma condição definida pelo déficit pautado na falta da racionalidade, de amadurecimento emocional, de responsabilidade e seriedade (Vásquez, 2013).

A perspectiva adultocêntrica se manifesta como um dos elementos estruturais da sociedade ocidental moderna, intimamente ligado ao patriarcado e às dinâmicas do capitalismo (Cavalcante, 2021). Desse modo, as estruturas sociais são pensadas a partir do perfil dos adultos, o que leva os jovens a se adequarem às exigências desses espaços, caso queiram ser incluídos socialmente (Cavalcante, 2021).

Metodologicamente, esta pesquisa utiliza como referência os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), banco que aborda a cultura política dos brasileiros e como ela incide sobre as eleições nacionais. Trata-se de um *survey*, realizado pelo CESOP desde 2002, sob a coordenação da Profa. Dra. Rachel Meneguello. O ESEB é um projeto vinculado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project (CSES)*, coordenado pela Universidade de Michigan (www.cses.org) e que conta com a participação de dezenas de instituições de vários países. O ESEB seleciona os respondentes

segundo quotas de sexo, idade, escolaridade, profissão e banheiros por domicílio , de modo a espelhar o panorama da sociedade brasileira como um todo (CESOP, 2023).

Dentre as variáveis disponibilizadas pelo *survey*, destacamos aquelas que permitem a análise da rejeição aos partidos políticos como: identificação afetiva com os partidos, avaliação dos partidos, avaliação das instituições e necessidade dos partidos para a democracia.

O recorte temporal (ondas referentes a 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022) foi delimitado, considerando todas as ondas de pesquisa promovida pelo Estudo Eleitoral Brasileiro, que se iniciou em 2002. Além disso, esse recorte temporal permite uma percepção mais ampla do desenvolvimento do antipartidarismo no Brasil ao longo do início do século XXI.

Por tratar-se de um estudo eleitoral, o ESEB só considera indivíduos para a pesquisa os maiores de 16 anos. A idade de 29 anos foi tomada como referência, tendo em vista que a condição juvenil é demarcada por fatores tanto biológicos quanto sociais que se inter-relacionam. Com base nesses pressupostos, a literatura tem delimitado a idade de 30 anos como referência para o fim da juventude, considerando que, a partir dessa idade, a maior parte dos jovens tende a ser compreendida socialmente como adulta (Okado & Ribeiro, 2015). Ademais, no contexto social brasileiro, indivíduos de 30 anos ou mais tendem a ser encarados socialmente sob a condição de adultos, também pela ação das instituições que procuram delimitar a juventude do ponto de vista legal (Groppo, 2017). Assim, nosso recorte da juventude foi delimitado entre 16 e 29 anos. Com base nesse recorte, temos em 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022, respectivamente, 642, 334, 505, 704, 608 e 536 jovens, somando um total de 3329 jovens de todo o Brasil entrevistados ao longo da série histórica trabalhada.

As juventudes foram separadas neste trabalho em três tipos, segundo sua imersão nas dinâmicas de produção e reprodução, de acordo com os pressupostos da teoria do ciclo de vida, sendo elas: a) jovem estudante (indivíduo que se dedica aos estudos e não trabalha, nem possui núcleo familiar próprio); b) jovem solteiro (indivíduo que estuda e trabalha, mas ainda não constituiu núcleo familiar próprio) e; c) jovem adulto (indivíduo que pode ou não estar estudando e trabalhando, e que possui um núcleo familiar próprio). Tais variáveis, segundo Okado e Ribeiro (2015), permitem demarcar como o ciclo de vida incide sobre a percepção social dos atores, especialmente no modo como eles são reconhecidos pela sociedade: se jovens ou adultos.

Para delimitar os indivíduos antipartidários, utilizamos inicialmente a variável de identificação com os partidos políticos, que se constitui numa escala de 0 a 10, na qual 0 expressa rejeição total ao partido e 10 identificação máxima com a legenda. Como antipartidários, definimos aqueles que marcaram entre 0 e 03 para mais de uma legenda partidária citada no *survey* e afirmado não conhecer as demais mencionadas. A inclusão da falta de conhecimento das legendas foi utilizada, uma vez que o sistema partidário brasileiro possui atualmente mais de 31 partidos, dos quais nem todos têm expressividade eleitoral, sendo assim desconhecidos pela maioria da população.

De modo a selecionar com mais segurança os jovens antipartidários, além da avaliação das legendas citadas no *survey*, cruzamos essas respostas com as variáveis “Existe algum partido que represente sua maneira de pensar?” e “Existe algum partido de que você goste?” Essas variáveis têm sido utilizadas em outros estudos que investigam a situação dos partidos diante do eleitorado, para medir a sua identificação ideológica e afetiva com as legendas (Paiva, Krause & Lameirão, 2016; Samuels & Zucco, 2018). Em 2018 e 2022, utilizamos a variável “Você se sente próximo a algum partido?” para estabelecer a identificação afetiva, tendo em vista que o banco de dados não reproduziu a mesma pergunta sobre gostar de algum partido nesses anos. Dessa forma, os antipartidários foram restringidos em aqueles indivíduos que não apresentam nenhuma forma de vínculo ou identificação com algum partido político.

Após essa introdução, a próxima seção apresenta e analisa os resultados da pesquisa e, ao final, uma síntese dos achados da pesquisa e as agendas para investigações futuras.

Condição juvenil e a rejeição aos partidos políticos

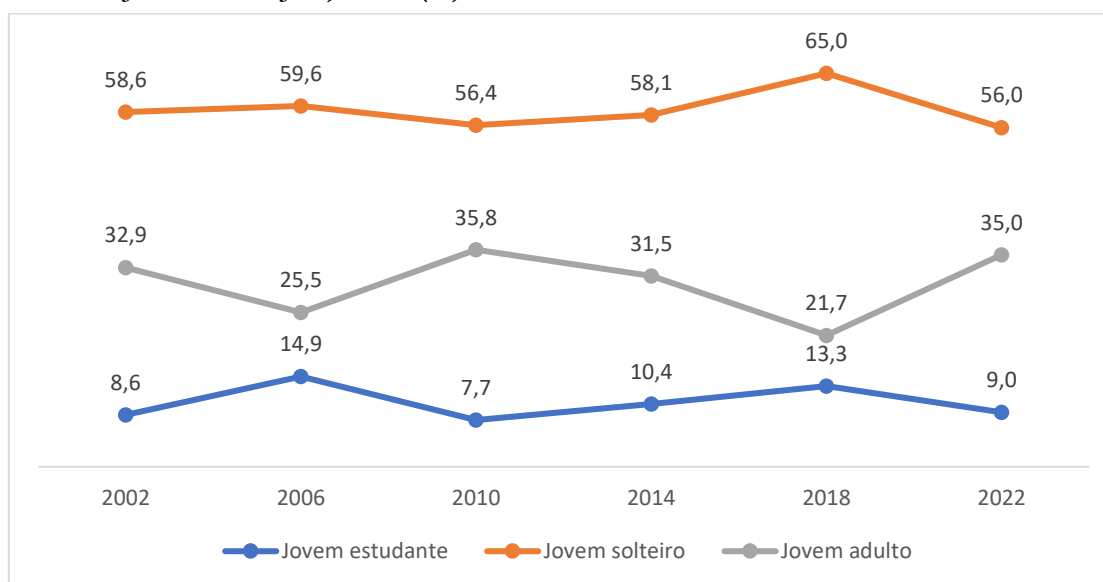
Considerando o objetivo da pesquisa – analisar como os marcadores sociais propostos pela teoria do ciclo de vida incidem na expressão do antipartidarismo entre os jovens –, o Gráfico 1 apresenta as diversas categorias juvenis a partir dos marcadores adotados, a saber: inserção no mercado de trabalho, estudo e constituição de núcleo familiar. Nota-se que essa diferenciação partiu dos estudos que ressaltam a importância do ciclo de vida e que explicam que a juventude se destacaria da fase adulta, conforme a imersão do indivíduo em duas condições: a produção, representada na imersão no mercado de trabalho, e a reprodução,

considerados os diversos tipos de união estável e consequente formação de núcleo familiar próprio (Okado & Ribeiro, 2015; Shanahan, 2000;).

Assim, no Gráfico 1, mostramos a distribuição das juventudes, segundo os marcadores pertinentes da teoria do ciclo de vida. Ressaltamos esse dado para indicar um panorama das condições juvenis que serão trabalhadas em interface com o antipartidarismo no decorrer deste trabalho.

Gráfico 01

Distribuição da condição juvenil (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022

O Gráfico 1 ilustra as diferentes condições juvenis em que podemos enquadrar as juventudes, considerando os marcadores do ciclo de vida. Assim, temos os jovens solteiros como a condição juvenil mais representativa dentro do banco de dados (eles somam mais de 50% ao longo de toda a série histórica). Os jovens adultos se constituem no segundo maior grupo, variando entre 21,7 até 35,8% e, por fim, temos a condição do jovem estudante, pontuando entre 7,7 e 13,3% ao longo das ondas do ESEB de 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022.

O alto percentual de jovens nas categorias jovem solteiro e jovem adulto demonstra como a dinâmica do trabalho é algo que perpassa a vida da maioria dos jovens, considerando

que ambas as categorias podem ou não estar trabalhando, diferenciando-se pela constituição de um núcleo familiar próprio (jovem adulto). Este dado reforça a importância de levar em conta a dinâmica de inserção no mercado de trabalho para analisar as juventudes, tanto como um fator que implica em sua cultura política, quanto como a própria qualidade de vida desses atores.

Logo, assim como já pontuado pelos estudos no campo da sociologia da juventude, a dinâmica do trabalho é um fator central para compreender as juventudes. Esse marcador mostra que, diferente do que crê uma parte do senso comum, a maioria dos jovens não está livre das responsabilidades laborais e do sustento da família (Pais, 1990). Os dados da pesquisa corroboram essa concepção, destacando que a juventude não pode ser vista a partir da óptica de um período de menores responsabilidades. Portanto, as juventudes são diferentes e para entender suas relações com a cultura política é necessário considerar no que e porque elas divergem.

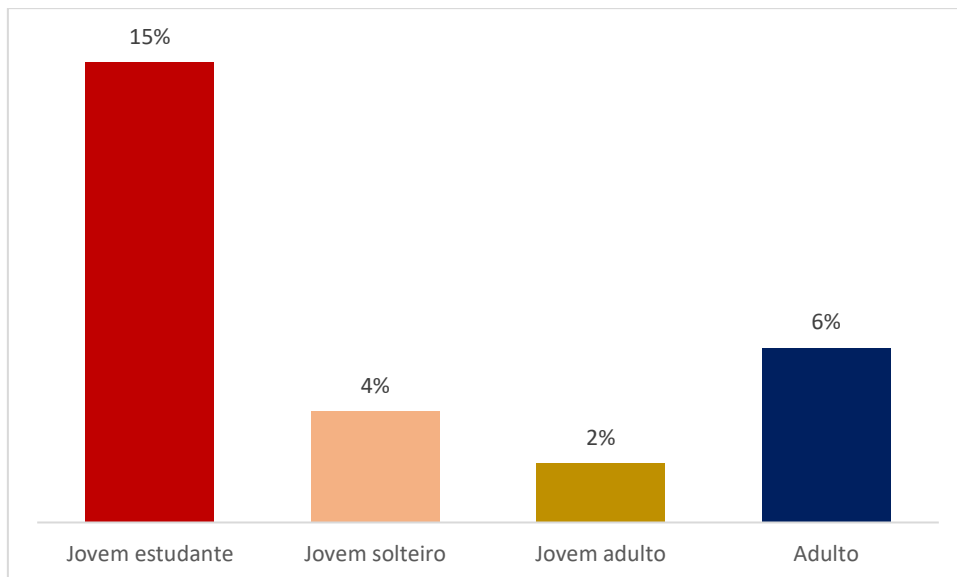
Outro fator que o Gráfico 1 evidencia é que a maioria dos jovens brasileiros desde cedo assume elementos que são tido como parte do papel social dos adultos (como o trabalho e a constituição de núcleo familiar próprio). Esse dado por si só é interessante, já que mostra que as juventudes brasileiras não são constituídas por jovens sem compromisso ou apenas com compromisso com os estudos. Os dados também reafirmam a necessidade de distinguir as juventudes brasileiras para entender melhor as suas relações com a política.

Esses dados reforçam, ainda, como a dinâmica do adultocentrismo produz um apagamento sobre as condições de vida das juventudes, uma vez que a imagem social desses é associada à irresponsabilidade e ao tempo livre (Vásquez, 2013). Mais do que isso, os dados da pesquisa demonstram que trabalho e família não são elementos estritamente adultos, mas que as juventudes também experienciam essas realidades à sua maneira.

Em nosso Gráfico 2, apresentamos a distribuição do antipartidarismo entre as diferentes categorias juvenis no ano de 2022, comparando-os com os adultos.

Gráfico 2

Antipartidarismo: jovens e adultos



Fonte: Elaboração própria com base no ESEB 2022

Conforme o Gráfico 2, 15% dos jovens estudantes rejeitam os partidos políticos, já os jovens solteiros apresentam 4% de antipartidarismo e os jovens adultos 2%. Os adultos somam 6% de antipartidários em 2022.

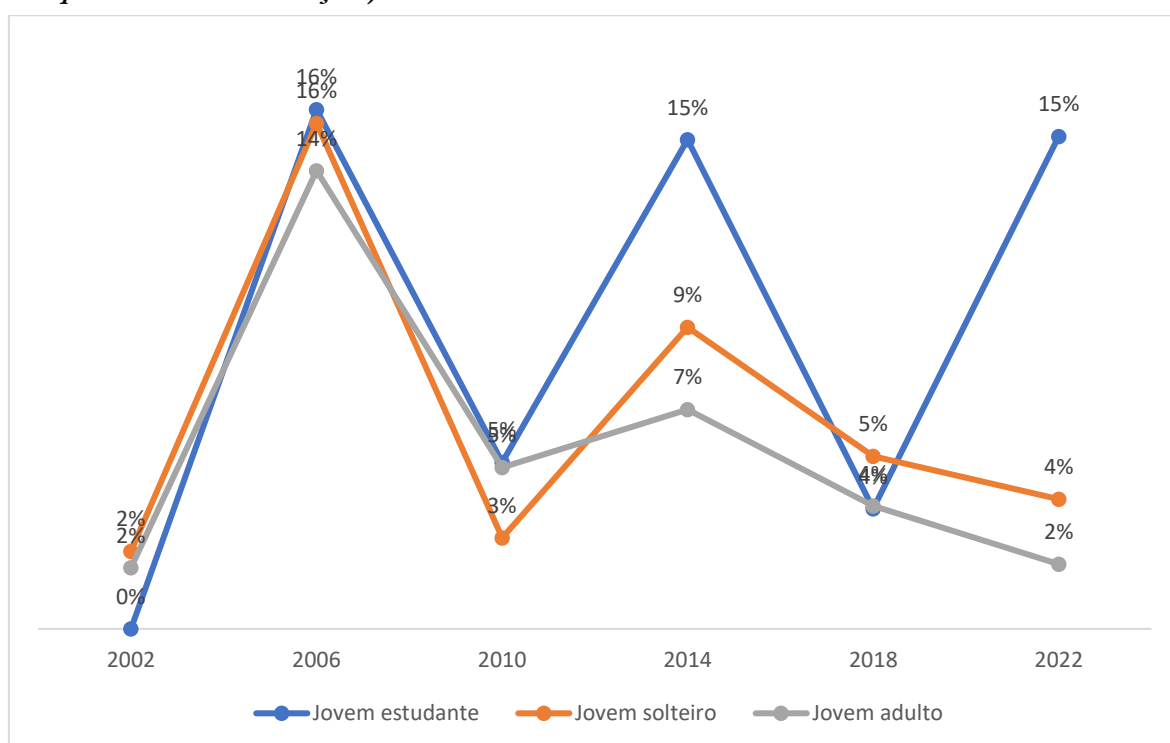
Inicialmente os dados do Gráfico 2 corroboram os estudos que apontam o distanciamento dos canais institucionais de participação entre os jovens (Perez, 2021). Essa observação é apoiada ainda pelos dados atuais do Tribunal Superior Eleitoral que apontam um percentual de apenas 01% de jovens entre os filiados a partidos políticos (TSE, 2023). Mas é preciso considerar que a não filiação dos jovens aos partidos também tem relação com suas normas adultocêntricas que dificultam a participação das juventudes (Okado & Ribeiro, 2015). Logo, ao ter dificuldade de se inserir em partidos e por conta da rejeição a esses, os jovens procuram espaços de participação no qual eles possam exercer seu direito à voz de forma mais inclusiva, a exemplo de organizações políticas chamadas de coletivos (Perez & Souza, 2020).

Para os fins desta pesquisa, importa chamar a atenção para o fato de que os mais antipartidários são os jovens estudantes (15%). Logo, o antipartidarismo não é igual entre jovens e adultos, tampouco se apresenta de forma semelhante entre todos os jovens: ele é maior entre os jovens estudantes. Esse dado mostra a decisão acertada deste trabalho, ao separar as juventudes conforme a teoria do ciclo de vida.

De forma mais detalhada, passamos então para o objetivo da pesquisa que é entender como as diversas condições juvenis (jovens estudantes, jovens solteiros e jovens adultos) expressam o sentimento mais extremado de rejeição aos partidos políticos: o antipartidarismo. Para tanto, reunimos no Gráfico 3 dados em formato de uma linha do tempo com a variação do antipartidarismo entre as condições juvenis de 2002 até 2022.

Gráfico 03

Antipartidarismo e condição juvenil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do ESEB 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022

O Gráfico 3 apresenta um recorte mais delimitado dos jovens que expressam sentimentos antipartidários. Cada linha do gráfico ilustra a variação ao longo da série histórica de cada condição juvenil (jovens estudantes, jovens solteiros e jovens adultos). Percebe-se a grande mobilidade do sentimento de rejeição aos partidos nas últimas décadas e o destaque para os anos de 2006, 2014 e 2022. Em 2006, houve um aumento no antipartidarismo quase homogêneo entre as condições juvenis, tendo jovem estudante e solteiro pontuados 16% de antipartidarismo ante 14% dos jovens adultos. Em 2010, houve uma queda no antipartidarismo, o qual se expressa em 5% dos jovens estudantes e adultos e 3% dos jovens solteiros. Em 2014,

houve novo salto no antipartidarismo, entretanto, esse aumento fica mais patente no jovem estudante que alcança 15% de rejeição aos partidos políticos. O ano de 2018 apresentou queda no antipartidarismo, no qual todas as categorias não ultrapassam os 5% de rejeição aos partidos políticos. Por fim, em 2022, houve um aumento considerável para a série histórica, no qual os jovens estudantes voltaram ao patamar de 2014, com 15% de antipartidários, e os jovens solteiros caíram para 4%, seguidos dos jovens adultos que se reduziram a 2% de antipartidários.

Passamos agora a explicar os dados do Gráfico 3, levando em conta os diversos aspectos revelados pelos dados, especificamente: 1) o tipo de antipartidarismo revelado; 2) as variações de antipartidarismos nos anos abordados na série histórica; 3) as semelhanças dos antipartidarismos entre os jovens; 4) as diferenças entre as juventudes considerando o extrato dos estudantes, dos jovens solteiros e dos jovens adultos.

Quanto ao primeiro aspecto, ou seja, os tipos de antipartidarismos revelados pelo Gráfico 3, é importante notar que ele é volátil ao longo da série histórica (2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022). A volatilidade do eleitorado brasileiro quanto aos sentimentos partidários já havia sido abordada por Samuels e Zucco (2018) em seu estudo sobre o antipetismo e antipartidarismo. Segundo os pesquisadores, os laços partidários do brasileiro são frágeis e mais suscetíveis às mudanças de conjuntura.

De forma mais específica, os sentimentos antipartidários entre as juventudes revelados no Gráfico 3 mudam a depender do contexto, porque eles são reativos. Retomando as definições de tipos de antipartidarismos, o antipartidarismo cultural seria resultado do processo histórico de formação dos sistemas partidários brasileiros, gerando um sentimento cristalizado de desconfiança quanto aos partidos políticos (Baquero & Vasconcelos, 2013). Já o antipartidarismo reativo acontece por um sentimento de frustração com os partidos (Baquero & Linhares, 2011), dependendo, então, de acontecimentos políticos, econômicos e sociais. O Gráfico 3 confirma, portanto, o antipartidarismo entre os jovens do tipo reativo, considerando que, em 2002, a rejeição extrema aos partidos era quase nula, mas em 2006 e 2014 alcança entre as condições juvenis um percentual entre 7 e 16%. Logo, essa fluidez do antipartidarismo evidencia a conexão que os atores realizam entre o contexto social e a arena política, da qual os partidos políticos se apresentam como representantes.

Agora passamos a explicação do porquê da variação entre os anos abordados na série histórica (2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022).

Ressalta-se, no Gráfico 3, o ano de 2006. A conjuntura política de 2006 explica o avanço do antipartidarismo em especial pelos escândalos políticos fortemente debatidos na mídia, com destaque para o chamado Mensalão. Além de alavancar a rejeição ao Partido dos Trabalhadores, o esquema envolvia diretamente as demais legendas da base governista, as quais receberiam “mesadas” para garantir apoio político aos projetos do governo petista (Miguel & Coutinho, 2007).

Assim, compreende-se o salto de antipartidarismo, ainda mais pelo envolvimento do Partido dos Trabalhadores que estava em seu primeiro mandato à frente do executivo nacional e constituiu sua campanha a partir de um discurso anticorrupção. Como ressaltam Samuels e Zucco (2018), o PT era tido pelo eleitorado como um partido que lançaria bases de uma nova forma de fazer política. No entanto, ao se envolver em tão grande escândalo político, juntamente com diversas outras legendas, a dinâmica do antipartidarismo reativo foi amplamente disseminada.

Outro ano que se destaca no Gráfico 3 é o de 2014 com pico de antipartidarismos principalmente entre os jovens estudantes. Esses dados guardam relações com as Jornadas de junho em 2013, época em que milhares de brasileiros foram às ruas em todo o Brasil com pautas diversas que reivindicavam desde a manutenção dos preços das passagens de ônibus até mudanças no sistema político. Na ocasião, muitos manifestantes foram hostis à presença de partidos (Perez, 2021). Jovens foram socializados politicamente em junho de 2013 com a ideia de que as instituições políticas por serem muito engessadas e verticais eram ineficientes, pois tais características não permitiam a inclusão da diversidade da população brasileira nas decisões políticas, daí porque proliferaram entre jovens estudantes a organização de coletivos (Perez, 2019).

Há uma queda expressiva no antipartidarismo no ano de 2018, que pode ser interpretada dentre outros fatores pela eleição atípica que marcou esse ano. A candidatura de extrema direita do então presidenciável Jair Messias Bolsonaro impactou em um movimento de identificação partidária, perceptível no alto grau de sucesso eleitoral do Partido Social Liberal (PSL), partido do presidente à época que foi eleito.

Em 2022, os dados revelam a liderança do antipartidarismo por parte dos jovens estudantes com 15%, enquanto os jovens solteiros e adultos diminuíram seu nível de antipartidarismo (4 e 2% respectivamente). Esse panorama antipartidário pode ser conectado

inicialmente ao contexto da eleição de 2022 na qual o embate entre Lula e Bolsonaro levaram a eleição mais acirrada da Nova República (Pinhoni, 2022). A polarização política emerge como um fator que elevou os níveis de identificação partidária, mobilizada pelo personalismo dos candidatos e expressa na menor diferença de votos entre todos os pleitos desde a retomada democrática no país.

Quanto ao terceiro ponto da análise aqui proposta, a semelhanças dos antipartidarismos entre os jovens, ressaltamos que os estudos sobre a condição juvenil, especificamente o de Okado e Ribeiro (2015), nos levaram a supor que haveria diferenças significativas nas relações dos jovens com os partidos políticos, considerando a inserção deles no mundo do trabalho e a formação de núcleo familiar próprio. No entanto, os grupos de jovens aqui proposto (jovens estudantes, jovens solteiros e jovens adultos) apresentaram índices semelhantes de rejeição aos partidos políticos. Isso mostra que a distinção aqui é adotada não é melhor para entender as diferenças entre as juventudes.

Houve diferenças significativas entre os grupos de jovens abordados apenas em alguns anos com pico de rejeição aos partidos políticos: em 2014 os jovens estudantes apresentaram os índices maiores de rejeição aos partidos políticos (15%), quando comparados aos jovens solteiros e aos jovens adultos (em média 8%). Em 2022, os jovens estudantes novamente assumiram a dianteira na expressão de antipartidarismo, enquanto jovens solteiros e jovens adultos reduziram a sua rejeição aos partidos.

Tendo em conta nossa hipótese, de que o antipartidarismo tende a se manifestar mais fortemente em jovens mais distantes do perfil adulto, os anos de 2014 e 2022 se apresentam de forma condizente com o que era esperado. Dessa forma, além do antipartidarismo reativo a perspectiva do adultocentrismo também é relevante para compreender o distanciamento e a aproximação dos jovens aos partidos políticos.

Uma vez que o ambiente partidário é pautado em estruturas hierarquizadas e pressupõe custos à militância, bem como um perfil específico para as campanhas eleitorais, normalmente associado a uma reputação ilibada conectada com a profissão e a religião, os jovens mais distantes desse perfil seriam rechaçados dos espaços partidários, ou teriam seu papel restringido. Okado e Ribeiro (2015) reforçam essa percepção, ao descreverem como os partidos políticos são essencialmente adultocêntricos, apresentando dificuldades de inserção em posições de decisão e comando a novos filiados, especialmente filiados jovens.

Adultocentrismo e antipartidarismo reativo se constituem assim em elementos centrais na compreensão da rejeição dos jovens aos partidos políticos brasileiros. Em especial o jovem estudante, por estar mais distante das exigências adultocêntricas e imerso em movimentos de renovação política e social.

Conclusão

Esta pesquisa procurou compreender aspectos da cultura política dos jovens, em especial como eles expressam e desenvolvem a rejeição aos partidos políticos. Apesar de o partidarismo ser uma pauta histórica na ciência política, a discussão sobre os sentimentos partidários em interface com temática das juventudes é um campo pouco trabalhado.

No presente estudo, tomamos como ponto de partida a análise da variação dos sentimentos antipartidários expressos pela juventude nas últimas duas décadas a partir dos dados obtidos pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Para esse fim, analisamos variáveis relacionadas às condições socioeconômicas dos jovens, de modo a delimitar a sua condição juvenil. Adotamos como hipótese a influência dos fatores do ciclo de vida sobre a expressão do antipartidarismo entre os jovens. Para analisar o antipartidarismo, tomamos variáveis referentes à avaliação dos partidos políticos, identificação afetiva com os partidos e confiança nas instituições.

Ao longo da série histórica, as diversas condições juvenis expressaram antipartidarismo de forma heterogênea e inconstante, evidenciando que a dinâmica do antipartidarismo reativo é central para entender a rejeição dos partidos por parte dos jovens. Destacou-se nos estudos a condição juvenil do jovem estudante, o qual demonstrou uma variação no antipartidarismo que se descola com mais proeminência das demais categorias, evidenciando o impacto do adultocentrismo sobre as estruturas políticas e, conseqüentemente, a inserção e a avaliação dos jovens sobre estes espaços.

Em sendo assim, os resultados da pesquisa reforçam como a dinâmica do adultocentrismo e do antipartidarismo reativo são centrais para a análise da relação entre juventudes e as instituições democráticas. Esse fato se expressa nos dados, ao observamos como os jovens com perfil mais próximo do que o adultocentrismo compreende como papel dos

adultos apresentam menor rejeição aos partidos políticos, diferentemente dos jovens estudantes que demonstraram maior rejeição às instituições partidárias.

Este estudo demonstrou como a condição juvenil é algo plural, que não pode ser reduzido a uma única categoria, homogeneizando atores tão distintos entre si. Como pesquisas futuras, sugerimos que sejam considerados outros fatores que têm igualmente peso para o reconhecimento das juventudes. A título de exemplo, destacamos a importância de serem pesquisadas as diferenças na cultura política das juventudes em contexto rural comparados aos de contexto urbano. A própria questão territorial é um fator que merece destaque para compreender as juventudes em um país continental como o Brasil.

Outra agenda é a importância de elaborar análises mais focadas na expressão dos sentimentos partidários, com instrumentos de coleta de dados desenvolvidos para esse fim. Essa importância dos sentimentos partidários para a estabilidade da democracia e a mobilização para o voto se apresenta como justificativa forte para incentivar uma melhor compreensão sobre como esses sentimentos se desenvolvem.

Referências

- Almond, G. A., & Verba, S. (2015). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton University Press.
- Araújo, R. de O., Barros, R. F., & Perez, O. C. (2022). Jovens e opinião sobre política: Semelhanças e diferenças entre as juventudes de direita e de esquerda no Brasil. *Studia Politicae*, 57, 41–57. <https://doi.org/10.22529/sp.2022.57.03>
- Araújo, R. de O., & Perez, O. C. (2021). Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. *Estudos de Sociologia*, 26(50), 327-349. <https://doi.org/10.52780/res.14764>
- Araújo, R. de O., & Perez, O. C. (2023). Juventudes e Marcadores Sociais da Diferença nos Planos Estaduais de Juventude do Brasil. *Revista Iberoamericana*, XXII(82), 81-96. <https://doi.org/10.18441/ibam.23.2023.82.81-95>
- Baquero, M., & Linhares, B. de F. (2011). Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. *Revista Debates*, 5(1), 89. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.20058>

- Baquero, M., & Vasconcelos, C. de. (2013). Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. *Anais do V Congresso da Compolitica*.p.1–21. <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT06-Cultura-politica-comportamento-e-opiniao-publica-MarcelloBaquero.pdf>
- Brasil. (2013). Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm
- Cavalcante, E. B. T. (2021). O conceito de adultocentrismo na história: Diálogos interdisciplinares. *Fronteiras*, 23(42), 196–215. <https://doi.org/10.30612/frh.v23i42.15814>
- CESOP. *Centro de estudos de opinião pública*. (2023). <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb/ondas/11>
- Fuks, M., Borba, J., & Ribeiro, E. A. (2018). Polarização, antipartidarismo e tolerância política no Brasil. *Anais eletrônicos do 42.º Encontro Anual da Anpocs*. <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9161>
- Groppo, L. A. (2017). *Introdução à Sociologia da Juventude*. Paco Editorial. <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/28-GROPPO-Introducao-a-sociologia-da-juventude.pdf>
- Groppo, L. A., Tomizaki, K. A., Corrochano, M. C., Borges, L., Ginzel, F., & Biliatto, C. (2023). “Um ato de liberdade”: Movimento de estudantes secundaristas em São Paulo, 2015. *Pro-Posições*, 34, 1-28. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0101>
- Melucci, A. (1994). Juventude, tempo e movimento sociais. *Revista Brasileira de Educação*, 6(5), 05-14.
- Miguel, L. F., & Coutinho, A. de A. (2007). A crise e suas fronteiras: Oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, 13, 97–123. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000100004>
- Morais, J. A. de, & Baquero, M. (2018). A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, 25, 33-62.

- Okado, L. T. A., & Ribeiro, E. A. (2015). Condição juvenil e a participação política no Brasil. *Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política*, 4(1), 53-78. https://doi.org/10.5380/pr_eleitoral.v4i1.42810
- Paiva, D., Krause, S., & Lameirão, A. P. (2017). O eleitor antipetista: Partidarismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, 22, 638–674. <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223638>
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude. Alguns contributos. *Análise Social*, 25(105/106), 139-165.
- Perez, O. C. (2020). Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, 25, 577–596. <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>
- Perez, O. C. (2021). Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. *Revista Izquierdas*, 50, 52.
- Perez, O. C., & Souza, B. M. (2020). Coletivos universitários e o discurso de afastamento da política parlamentar. *Educação e Pesquisa*, 46, e217820. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046217820>
- Pinhoni, M. (2022). *Brasil tem a eleição mais apertada para presidente desde a redemocratização*. G1. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/30/brasil-tem-a-eleicao-mais-apertada-para-presidente-desde-a-redemocratizacao.ghtml>
- Poguntke, T. (1996). Anti-party sentiment - Conceptual thoughts and empirical evidence: Explorations into a minefield. *European Journal of Political Research*, 29(3), 319-344. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1996.tb00655.x>
- Ramirez, L. G. (2016). Dinâmicas transnacionais em tempos de Internet: Jovens, mobilização e apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. *Desidades*, 12, 8-16.
- Samuels, D. J., & Zucco, C. (2018). *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108553742>
- Shanahan, M. J. (2000). Pathways to Adulthood in Changing Societies: Variability and Mechanisms in Life Course Perspective. *Annual Review of Sociology*, 26(1), 667-692. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.26.1.667>

- Sposito, M. P. (2003). *Os jovens no Brasil: Desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*.
<https://repositorio.usp.br/item/001350111>
- Tribunal Superior Eleitoral (2023). *Dados de filiação partidária revelam baixa participação política de jovens e mulheres*. O Progresso Digital. <https://www.progresso.com.br/politica/dados-de-filiacao-partidaria-revelam-baixa-participacao-politica-de/411365/>
- Vásquez, J. D. (2013). Adultocentrismo y juventud: Aproximaciones Foucaulteanas. *Sophía, Colección de Filosofía de la Educación*, 1(15), 217–234.
<https://doi.org/10.17163/soph.n15.2013.08>
- Vommaro, P. A. (2015). *Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: Tendencias, conflictos y desafíos*. Grupo Editor Universitario.

Notas

Dados da submissão:

Submetido à avaliação em 15 de agosto de 2024; aprovado para publicação em 06 de dezembro de 2024.

Autor correspondente:

Araújo, Rogério de Oliveira: Universidade Federal do Piauí UFPI – CCHL, AV. Alcides de Araújo Mourão, 1128, Pedro II, PI, 64255-000, Brasil.

Contribuições de autoria:

Araújo, Rogério de Oliveira – Conceituação (Igual), Curadoria de dados (Igual), Análise formal (Igual), Aquisição de financiamento (Igual), Investigação (Igual), Metodologia (Igual), Administração de projeto (Igual), Recursos (Igual), Software (Igual), Supervisão (Igual), Validação (Igual), Visualização (Igual), Escrita - rascunho original (Igual), Escrita - revisão e edição (Igual).

Perez, Olívia Cristina – Conceituação (Igual), Curadoria de dados (Igual), Análise formal (Igual), Aquisição de financiamento (Igual), Investigação (Igual), Metodologia (Igual), Administração de projeto (Igual), Recursos (Igual), Software (Igual), Supervisão (Igual), Validação (Igual), Visualização (Igual), Escrita - rascunho original (Igual), Escrita - revisão e edição (Igual).

Disponibilidade de dados

Os autores disponibilizam os dados da pesquisa sob solicitação.

Revisão textual:

Normalização bibliográfica (APA 7ª Ed.), preparação e revisão textual em português: Vera Bonilha <verah.bonilha@gmail.com>

Versão e revisão em língua inglesa: Francisco López Toledo Corrêa <francisco.toledocorrea@gmail.com>

Editoras responsáveis:

Editora Associada: Wivian Weller <<https://orcid.org/0000-0003-1450-2004>>

Editora Chefe: Helena Sampaio <<https://orcid.org/0000-0002-1759-4875>>